



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Camilo Santana, Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre atraso do Governo Lula na retomada das 3.700 obras de educação paradas no país.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que convocado o Excelentíssimo Senhor Camilo Santana, Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre atraso do Governo Lula na retomada das 3.700 obras de educação paradas.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Camilo Santana, Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o atraso do Governo Lula na retomada das 3.700 obras de educação paradas.





Isto porque, conforme noticiado¹, o governo Lula (PT) ainda não reiniciou nenhuma das 3.783 obras de educação básica paradas em todo país após quase um ano do anúncio de um grande plano para destravar as construções. O MEC (Ministério da Educação), comandado por Camilo Santana, não conseguiu fechar um único termo de compromisso com prefeituras para permitir a retomada. Reiniciar obras paradas, sobretudo de creches, é uma promessa do presidente desde início do governo. Lula planeja eventos pelo país para inaugurações e o tema é tratado como prioridade no Palácio do Planalto.

Até agora, o MEC não iniciou nenhuma obra com recursos federais sob o atual governo. Apenas foram concluídas construções que já estavam em andamento.

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) esclareceu, por meio de nota, que a demora se deve à complexidade do processo, que envolve diversas etapas burocráticas e depende também da eficiência dos municípios. Salientou ainda que 46 projetos (1%) já estão prontos para a assinatura do novo termo com o governo federal. Vinculado ao Ministério da Educação, o FNDE é responsável pelas transferências e renegociações dos contratos.

Neste modelo, o governo federal financia as construções, enquanto as prefeituras e estados gerenciam os processos de contratação, iniciando trâmites como licitações apenas após firmar os termos com a União.

Quase 4.000 obras estão paradas e abandonadas, distribuídas por 1.664 municípios. Oitenta por cento dessas obras se localizam nas regiões Norte e Nordeste, com metade delas concentradas em

1 <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/governo-lula-nao-retomou-nenhuma-das-3700-obras-de-educacao-paradas.shtml> pais.shtml#:~:text=No%20v%C3%ADdeo%20publicado%20nas%20redes,no%20Di%C3%A1rio%20Oficial%20da%20Uni%C3%A3o.





quatro estados: Maranhão, Pará, Bahia e Ceará — este último governado por Camilo até 2022.

Seis em cada dez obras paradas são escolas, mas também há quadras, coberturas, reformas e ampliações de salas de aula, beneficiando potencialmente 741 mil alunos, segundo dados oficiais da Folha.

A construção de creches representa um dos maiores desafios do país. Cerca de 2,3 milhões de crianças até 3 anos estão fora das creches devido à dificuldade de acesso, representando 20% do total dessa faixa etária, conforme levantamento do Movimento Todos Pela Educação.

A educação infantil lidera o número de construções abandonadas, com 1.317 obras paradas, o que equivale a 35% do total.

Dentre as 5.600 obras de educação abandonadas no país, manifestações de entes federativos para renegociação ocorreram em 3.783 delas. No entanto, o FNDE ainda não conseguiu superar todos os trâmites burocráticos de nenhuma dessas obras — parte delas entrou no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Integrantes do governo avaliam que houve falhas de gestão e, principalmente, falta de equipes no fundo para agilizar as diligências técnicas, com 30 consultores trabalhando no tema.

A lentidão no MEC e no FNDE tem gerado pressões dentro do governo contra o ministro da Educação, conforme relatos do Planalto e da Casa Civil.

Com a nova regra de reajuste dos contratos, estima-se que a retomada de todas as obras custará R\$ 3,9 bilhões. O FNDE já desembolsou R\$ 2,3 bilhões nesses projetos interrompidos.





Os principais motivos para a interrupção de obras públicas são erros em projetos de engenharia e a interrupção de pagamentos por parte do governo federal.

Do total de obras, 90% foram iniciadas há pelo menos dez anos (entre 2007 e 2014), ainda nos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff. Apenas 5% das contratações ocorreram após 2019.

Em nota, o FNDE informou que a renegociação inclui *"diligências técnicas iniciais e complementares, além de prazos amplos para que os entes tenham tempo hábil de responder"*. No início do mês, o órgão estabeleceu um novo prazo limite para que os municípios respondam às diligências técnicas. *"A retomada depende substancialmente da proatividade dos entes federativos no levantamento e envio da documentação correta e no cumprimento de todas as etapas e diligências"*, declara o fundo.

Atualmente, 875 obras estão sendo analisadas pelo FNDE, enquanto 2.662 estão em diligência, aguardando que os entes federativos corrijam ou adicionem informações necessárias, conforme declarado na nota. Quanto à falta de equipe, o órgão está no processo de contratação de 40 profissionais, além de prever a contratação temporária de mais 60.

Destarte, apresentamos o presente requerimento para que sejam prestados esclarecimentos sobre o atraso do Governo Lula na retomada das 3.700 obras de educação paradas no país.

Sala da Comissão, em de de
2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 15/04/2024 14:43:42.477 - CFFC

REQ n.104/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246627548200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo



* CD 246627548200 *